



Município da
Marinha Grande

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 03

SESSÃO ORDINÁRIA

28.04.2023

MANDATO 2021/2025

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE
REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2023**

Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, **sob a presidência** de Aníbal Manuel Curto Ribeiro e secretariado por, Ana Paula Duarte Cardoso primeira secretária e Carlos Manuel Moutinho Laranjo segundo secretário, **reuniu na modalidade presencial**, no auditório do edifício da Resinagem, sito na Praça Stephens, **em sessão ordinária, a Assembleia Municipal da Marinha Grande** com a seguinte ordem de trabalhos: _____

1. **APROVAÇÃO DAS ATAS DAS REUNIÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL n.ºs 7 e 8/2022**, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual; _____

2. **APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2022 DA EMPRESA MUNICIPAL TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M., Unipessoal, S.A.**, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual; _____

3. **APRECIÇÃO DO INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO, RELATIVO AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DO ANO DE 2022**, nos termos do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual; _____

4. **APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2022 DE ENTIDADES PARTICIPADAS PELO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE: ADCL – Águas do Centro Litoral, S.A., Valorlis, S.A., Lusitânia Gás, S.A., CENTIMFE e OPEN**, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual; _____

5. **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE, RELATIVOS AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2022**, nos termos do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual; _____

6. **PRORROGAÇÃO DE MEDIDAS PREVENTIVAS – SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE – ZONA INDUSTRIAL DA MARINHA GRANDE**, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 126.º e do n.º 1 do artigo 137.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJGT); _____

7. **PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO CULTURAL E OCUPAÇÃO FUNCIONAL – FÁBRICA DE VIDROS DA MARINHA GRANDE**; _____

8. **APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA**, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual. _____

v v v v v

Para além dos membros da Mesa, marcaram presença os seguintes deputados: _____

Bancada do Mais Movimento pela Marinha (+MPM): Carlos Wilson da Silva Batista, Carlos Jorge Dias Alves, Artur Jorge Rosa dos Santos, Lisa Manuela Bordalo Barata, João Cravo Nunes da Silva Granja e Alzira Maria da Ascensão Marques; _____

Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU): João Pedro Leal Norte, Susana Paula Ribeiro Domingues, Lino Jorge Lopes Fragata, Maria Clementina Loureiro Esperança e Filipe Ferreira Duarte; _____

Bancada do Partido Socialista (PS): Ana Catarina Sousa da Silva Carlos, Cláudia Fabiana Gaspar de Brito Perfeito, Rafael da Costa Almeida e Francisco Manuel de Jesus Soares; _____

Bancada do Partido Social Democrata (PSD): Manuel José Cardoso Santos; _____

Bancada do Bloco de Esquerda (BE): Nuno Miguel Lopes Machado; _____

e ainda os seguintes **Presidentes de Junta de Freguesia:** _____

Marinha Grande: Cristina de Jesus e Sousa (+MPM); _____

Moita: Franclim de Sousa Ventura (CDU); _____

Vieira de Leiria: Rui Filipe Ruivaco Tomás (PS). _____

v v v v v

Estiveram ainda presentes, pelo **Órgão Executivo**, o Presidente da Câmara Municipal, Aurélio Pedro Monteiro Ferreira, os Vereadores João Emanuel de Brito Filipe, António Fragoso Henriques e Orlando Jónia Santos Costa, e as Vereadoras Ana Isabel de Jesus Alves Monteiro, Ana Laura Lopes Rogério Baridó e Lara Marques Lino. _____

v v v v v

De acordo com o disposto no art.º 49º do Regimento, foram ainda **admitidas as respetivas substituições** dos seguintes deputados: Luís António Geria Barreiros (CDU) pelo deputado Lino Jorge Lopes Fragata (CDU), Vanessa Andreia Feliciano e Rocha (+MPM) pelo deputado Carlos Manuel Moutinho Laranjo (+MPM), Rita Lourenço de Sousa (+MPM) pela deputada Alzira Maria da

Ascensão Marques (+MPM) e Álvaro Pinto Cardoso (PS_PJFVL) pelo deputado Rui Filipe Ruivaco Tomás (PS_PJFVL).

vvvvv

Após a verificação da existência de quórum, com a presença de vinte e quatro deputados, nos termos do disposto no artigo 11º do Regimento, pelas vinte horas e trinta e cinco minutos, **o Presidente da Mesa**, Aníbal Curto Ribeiro, declarou aberta a sessão. _____

vvvvv

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Mesa declarou aberto o período antes da ordem do dia pelas vinte horas e quarenta minutos. _____

vvvvv

Usou da palavra, o **deputado Manuel Santos (PSD)** que fez referência às perguntas que a APAMG efetuou à Câmara Municipal. Mais solicitou informação sobre as respostas dadas.

vvvvv

Usou da palavra, o **deputado Francisco Soares (PS)** que apresentou a seguinte **Saudação ao 1º de Maio**:

"Saudação ao 1º de Maio da bancada do Partido Socialista

Passados que são 49 anos que comemorámos o primeiro de maio em liberdade, que na Marinha foi a maior concentração de trabalhadores que temos memória.

Na Europa do pós guerra fria, ninguém esperava que uma pandemia, e logo a seguir uma guerra viessem pôr a nu a fragilidade da economia internacional, infelizmente uma europa que cada vez é governada mais à direita, que aponta para o fim da coesão e do estado social, por um outro de tipo assistencialista, excluindo e discriminando cidadãos de direitos básicos e civilizacionais.

Também, infelizmente, há uma parte significativa da chamada esquerda liberal que aceita estes princípios demarcando-se do humanismo inicial do projeto europeu para um projeto muito capitalista de enriquecimento individual, em detrimento do projeto político de esquerda, fundado nos princípios do desenvolvimento da Democracia Participativa e da Coesão Social.

Muitas análises económicas e políticas se esqueceram que foi a atual crise económica e social que só se baseia na chamada competitividade e no legalismo do crescimento capitalista, que fazem um aumento da inflação como nunca visto nesta era moderna, hoje como todos sabemos, uma grande maioria dos trabalhadores nem conhecem os seus patrões, nem quem lhe paga o parco salário, estas multinacionais só lhe interessa o lucro porque os trabalhadores não contam para nada. Pretendem crescer sempre mais, sem respeitar os limites naturais, fomentando o consumismo, como se isso fosse coisa possível de manter infinitamente sem esgotar os recursos naturais. No plano social, está

e continua a estar na ordem do dia, fomentar o Estado mínimo e a destruição do Estado social, dando como substituição a caridade privada.

No entanto nestes últimos nove anos, continuamos a ter a reposição de algumas regalias que nos foram retiradas pelos governos anteriores e pela primeira vez temos tido um aumento do salário mínimo como nunca se tinha visto, mas temos sempre de lembrar que só com salários dignos e com uma luta constante contra empobrecimento da população, se constrói um Portugal livre e democrático, que todos queremos com mais igualdade. Hoje podemos dizer que estamos num bom caminho porque temos menos desemprego, e existe uma preocupação de valorizar quem trabalha. Neste primeiro de Maio, temos pela frente um enorme desafio que é combater a pobreza, porque existe muitos trabalhadores mesmo trabalhando estão no lumiar da pobreza, e aqui temos de acrescentar além dos baixos salários, as más condições de trabalho e de saúde.

Neste quadro, uma verdadeira comemoração do 1º de Maio é desenvolver um processo que altere a relação de forças, através de um compromisso social e político que permita encontrar um outro caminho para o País. Porque não queremos um país de greves, mas sim de diálogo que caminhe para a dignidade de quem trabalhe, no combate á pobreza, às desigualdades e ao desemprego.

Por isso vimos chamar a atenção a estes aspetos que são uma realidade presente, vimos exortar os trabalhadores que façam deste Primeiro de Maio, não só uma comemoração, mas também um dia de protesto, exigindo direito à saúde, às reformas dignas, ao trabalho e à dignidade de viver num Portugal livre e Democrático.

VIVA O PRIMEIRO DE MAIO.”

A Saudação foi aprovada por unanimidade.

v v v v v

Usou da palavra, o **deputado Nuno Machado (BE)** que apresentou a seguinte **Saudação ao 1º de Maio:**

“Saudação ao 1º de Maio da bancada do Bloco de Esquerda

Há 50 anos, no 1º de Maio de 1973, apesar da ditadura fascista, trabalhadores e povo saíram às praças e ruas do país, com grande coragem. Sabiam que haveria cargas policiais, feridos e prisões, mas não desistiram. Em Lisboa, Porto, Coimbra, Marinha Grande, Alpiarça, Amadora, Espinho e Torres Novas e, muitos outros locais do país, exprimiram a vontade coletiva para melhorar as suas condições de vida e de trabalho, combater as injustiças e as desigualdades, acabar com a exploração. E lembravam o Dia Internacional do Trabalhador, as greves e as manifestações de Chicago nos Estados Unidos, pela redução da jornada de trabalho para 8 horas e que foi violentamente reprimida com a condenação à morte de alguns dirigentes sindicais.

Menos de 1 ano depois chegou o 25 de Abril de 1974, a explosão de democracia marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados, cuidados de saúde públicos, educação, habitação, o

direito ao trabalho e ao salário, o reconhecimento às férias, o respetivo subsídio, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo nacional no valor de 3300 escudos.

Foi também, após esta data, que se consagraram o direito à greve, à contratação coletiva e à organização sindical bem como uma nova forma de organização dos trabalhadores, as comissões de trabalhadores.

No momento em que pelos efeitos da fortíssima inflação, da não reposição de direitos retirados no tempo da troika, dos baixos salários, das novas formas de precarização do trabalho. Trabalhadores e trabalhadoras de todos os setores têm-se manifestado pelo trabalho digno e pelo direito à habitação é, mais do que nunca, importante assinalar e valorizar 1º de Maio, Dia Mundial do Trabalhador, e lembrar que o direito a trabalhar em condições justas e favoráveis, com uma remuneração justa e satisfatória que assegura ao trabalhador, e à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, é um direito humano.

Assim, a Assembleia Municipal da Marinha Grande, delibera saudar o 1º de Maio e nele a coragem de todos e todas que exigem dignidade, democracia e progresso social, emprego com direitos, salários e pensões dignas e serviços públicos de qualidade para todos e todas. Saudar, igualmente, as lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores dos setores público, privado e social por condições de trabalho dignas, salários justos e contra todas as formas de precariedade ou exploração.”

A Saudação foi aprovada por unanimidade.

v v v v v

Usou da palavra, o **deputado Carlos Wilson (+MPM)** que saudou o 1º de Maio e com o qual se solidariza. Mais deu conhecimento à Assembleia Municipal dos assuntos tratados em reunião da CIMRL.

A sua intervenção encontra-se anexa à presente ata. _____ *Anexo 1*

v v v v v

Usou da palavra, o **deputado João Norte (CDU)** que apresentou a seguinte **Moção**:

“Moção apresentada pela bancada da CDU

Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático

Com o 25 de Abril revolveu-se a vida no País e, por isso mesmo, não há faceta ou pormenor que o resumam – a revolução foi, no seu desabrochar imediato, uma explosão de liberdade, é certo, mas que não perduraria se, de imediato nuns casos, noutros a breve trecho, não imprimisse em todos os demais aspetos da vida a marca que lhe garantiu e garante sustentação.

Às operações programadas e depois executadas, na madrugada, pelos Capitães de Abril (grupo de militares em que predominava a patente de capitão) e que desarmaram o regime opressor, associou-

se a manhã de ruas e praças de gente, pessoas que ali e então se sentiram verdadeiramente cidadãos, com o poder efetivo de mudar o rumo do seu País.

E, gritando, exprimiram livremente o que pensavam.

Liberdade de pensamento e de expressão sim, mas também liberdade de organização e de luta. Luta por mais pão, luta por saúde, educação e justiça para todos. Com avanços e recuos, melhores ou piores resultados, mas sempre em confronto com as ideias e as práticas do passado e quase sempre em rutura total com elas.

Assim, comemorar Abril exige afirmar o que a Revolução representa e expressa enquanto processo libertador com profundas transformações na sociedade portuguesa e um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal.

Comemorações em que é imperativo não deixar submergir o que ela foi e representou na avalanche interpretativa dos que lhe negam a sua natureza, alcance e características ímpares. Celebrar Abril é evidenciar o que foi o fascismo e combater o seu branqueamento, é destacar a luta anti-fascista, pela liberdade e a democracia. Celebrar Abril é assinalar o seu sentido transformador e revolucionário, não rasurar a memória coletiva que o envolve, afirmar o caminho que o tornou possível, rejeitar as perversões e falsificações históricas, denunciar os que o invocam para o amputar do seu sentido mais profundo, sublinhar o que constitui hoje de valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano que décadas de política de direita têm contrariado.

Por mais que reescrevam, Abril foi uma revolução, não uma "evolução" ou "transição" entre regimes, um momento e um processo de rutura com o regime fascista, o derrube do fascismo e do que o suportava.

Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade de comunistas e de outros democratas, de uma intensa luta de massas da classe operária, da juventude, do povo.

Comemorar Abril, é assinalar e afirmar o Poder Local democrático como uma das suas conquistas.

Abril foi e é um processo libertador desde logo ao dismantelar e substituir os centros de poder em que a força e a ação do passado fascista assentavam.

Foi pela ação revolucionária e transformadora das populações que o aparelho fascista de administração local foi substituído por órgãos de poder provisórios, legitimados pelas populações, e, conseqüentemente, se desenhou um poder autónomo novo que veio a merecer consagração na Constituição da República.

Comemorar Abril é defender e valorizar o poder local hoje ameaçado, pelo subfinanciamento, pela sua descaracterização por via da transferência de encargos, pela ingerência tutelar, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções de terceiros.

Comemorar Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas completando assim o edifício do poder local com o nível regional a par dos municípios e freguesias que está por cumprir.

Comemorar Abril é devolver ao povo as freguesias liquidadas contra a sua vontade, repondo a proximidade, participação e representatividade que elas materializam.

O Poder Local Democrático continua vivo e com energia bastante para resistir e se regenerar se essa for a vontade dos que, nos seus órgãos, se dedicam à causa pública e se souberem juntar-lhe as mil vontades dos cidadãos que representam.

A Assembleia Municipal, reunida a 28 de abril de 2023, delibera:

1. Saudar o 49.º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam;
2. Reafirmar o espírito de serviço público que, há 48 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações e cuja ação deixou marca indelével no Poder Local;
3. Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando Abril em cada dia de trabalho e de luta;
4. Exigir a criação das regiões administrativas sem mais delongas e processos;
5. Exortar a que os órgãos representativos da autarquia promovam um programa de iniciativas dirigida às comemorações dos 50 anos da Revolução de Abril, envolvendo a participação das forças vivas do concelho, que contribua para afirmar os valores de Abril e as suas conquistas e transmitir às novas gerações o que ela representou de ato de emancipação, democracia e liberdade.
6. Saudar as comemorações do 1º de Maio, em estreita identificação com as mais profundas aspirações dos trabalhadores e do povo português, e convidar toda a população a juntar-se à manifestação promovida pela CGTP-IN que no nosso distrito terá lugar em Leiria, pelas 15h.”

A Moção foi aprovada por unanimidade.

vvvvv

Usou da palavra, o **deputado João Granja (+MPM)** que referiu que congratulou as Comemorações do 25 de Abril e enumerou as iniciativas ocorridas.

vvvvv

Usou da palavra, o **deputado Rui Tomás (PS_PJFVL)** que referiu as Comemorações do 25 de Abril, bem como, o programa da freguesia de Vieira de Leiria para assinalar a efeméride. Mais referiu o Campeonato de Pesca que decorreu na Praia da Vieira, bem como o serviço de atendimento prestado pelos serviços de proteção civil.

vvvvv

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** passou a palavra ao **Vereador João Brito** que prestou as seguintes informações:

APAMG – Deixou o convite para que se visite o CRO da Marinha Grande para que se possa avaliar o excelente trabalho desenvolvido dos técnicos

vvvvv

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** passou a palavra à **Vereadora Ana Monteiro** que prestou as seguintes informações:

Subsídio – No ano transato foi atribuído subsídio à Associação para participação da ração

APAMG_Utilidade Pública – O parecer jurídico foi desfavorável a que o órgão executivo delibere favoravelmente à Utilidade Pública da Associação, devido ao facto de as instalações não reunirem condições para um alojamento legal para ter animais

vvvvv

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** prestou as seguintes informações:

Queixa-Crime – A queixa foi contra quem comentou com palavras insultuosas

Presenças na varanda dos Paços do Município na noite de 24 de abril – O executivo convidou todas as forças políticas a estarem presentes

vvvvv

Usou da palavra, o **deputado Nuno Machado (BE)** que referiu que o convite rececionado pelo Bloco de Esquerda foi para participarem nas Comemorações do 25 de Abril, não existindo nenhum convite expresso para tal.

vvvvv

Terminadas as intervenções no período antes da ordem do dia e por se tratar de uma sessão ordinária, e dando cumprimentos ao estipulado no nº 1 do artigo 16º e no artigo 18º do Regimento, **o Presidente da Mesa** informou que estão reunidas as condições para o período de INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. _____

_____ **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** _____

vvvvv

1 – A Sr.ª Milene Filipa dos Reis Marques, residente na Vieira de Leiria, que abordou o assunto relacionado com as instalações e espaço exterior do Jardim de Infância.

A ficha de inscrição encontra-se anexa à presente ata. _____ Anexo 2

vvvvv

2 – O Sr. Carlos Manuel Antunes de Oliveira Rosa, residente na Marinha Grande, que abordou o assunto relacionado com as multas de estacionamento.

A ficha de inscrição encontra-se anexa à presente ata. _____ Anexo 3

vvvvv

3 – O Sr. Ricardo Jorge Neto Farto, residente na Vieira de Leiria, que abordou o assunto relacionado com os apoios da Câmara Municipal aos alunos deslocados.

A ficha de inscrição encontra-se anexa à presente ata. _____ Anexo 4

A sua intervenção encontra-se anexa à presente ata. _____ Anexo 5

vvvvv

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** passou a palavra à **Vereadora Ana Monteiro** que prestou as seguintes informações:

Jardim-de-Infância – O projeto está a ser executado desde julho

vvvvv

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** passou a palavra ao **Vereador António Fragoso** que prestou as seguintes informações:

Multas de Estacionamento – A Câmara Municipal da Marinha Grande não multa ninguém nem manda as autoridades policiais multar

vvvvv

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** prestou as seguintes informações:

Intervenção do Município Ricardo Farto – Informou que existe uma Comissão Municipal da Juventude e é aí que se tem discutido e que se vai discutir as ideias dos jovens

vvvvv

Cerca das vinte e duas horas e doze minutos, o **Presidente da Mesa** apresentou e colocou à apreciação, discussão e votação, os pontos da ordem de trabalhos, incluídos na ordem do dia, conforme previsto no artigo 19º do Regimento. _____

ORDEM DO DIA

vvvvv

PONTO 1 - APROVAÇÃO DAS ATAS DAS REUNIÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE n.ºs 7 e 8/2022 _____

O Presidente da Mesa pôs em apreciação a ata nº 7/2022 da sessão ordinária de 30 de setembro de 2022 e, como não houve correções a fazer, submeteu a mesma à votação tendo esta sido **aprovada por maioria**, com dezoito votos a favor e seis abstenções, por ausência dos deputados na referida sessão, conforme disposto no nº3, do artigo 34º, do Código de Procedimento Administrativo na redação atual.

O Presidente da Mesa pôs em apreciação a ata nº 8/2022 da sessão extraordinária de 04 de novembro 2022 e, como não houve correções a fazer, submeteu a mesma à votação tendo esta sido **aprovada por maioria**, com dezoito votos a favor e seis abstenções, por ausência dos deputados

na referida sessão, conforme disposto no nº3, do artigo 34º, do Código de Procedimento Administrativo na redação atual.

vvvvv

PONTO 2. – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2022 DA EMPRESA MUNICIPAL TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M., Unipessoal, S.A.

“Presente certidão de teor n.º 19/2023/DRH referente à seguinte deliberação camarária da reunião extraordinária de 24 de abril de 2023: _____

A Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro não participou na discussão e votação deste assunto, tendo comunicado o seu impedimento, nos termos do artigo 69.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que é a Presidente do Conselho de Administração da TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande, E.M.. _____

O Sr. Presidente declarou o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4 do mencionado Código. Presente Relatório de Gestão e Contas de 2022 da empresa municipal TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, S.A., acompanhados de Relatório e Parecer do Fiscal Único assim como a Certificação Legal das Contas. _____

A Câmara Municipal delibera tomar conhecimento do teor dos documentos e remeter os mesmos, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, à Assembleia Municipal, para cumprimento do preceituado na alínea b) do n.º 2 do art.º 25.º do mesmo diploma. _____

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta. _____

Os Srs. Vereadores do PS, Ana Laura Baridó e António Fragoso, proferiram a seguinte declaração de voto: _____

“Os vereadores do partido socialista congratulam-se com os resultados obtidos pela TUMG no ano de 2022. Referimo-nos não só ao exercício financeiro, mas à atividade em si, que demonstra inequivocamente o aumento do acesso da população à deslocação entre as 3 freguesias combatendo o isolamento e promovendo a inclusão social. _____

O alargamento da cobertura das linhas desde 2009, que agora percorre cerca de 260 km ao invés de 40 km como acontecia no início da sua atividade, revela uma aposta clara na evolução dos transportes públicos no nosso concelho. _____

Realçamos também a função social desta empresa. A manutenção dos tarifários desde há 13 anos, o facto de mais de 50% dos utilizadores usufruírem de passes subvencionados, o reforço dos horários na época balnear, aumentando o acesso da população às nossas praias, o apoio às Associações para atender a projetos culturais, desportivos e sociais assim como o assegurar dos

transportes escolares representam uma importância crucial para o desenvolvimento social da nossa comunidade. _____

Tudo isto aliado uma autossuficiência financeira demonstrada pelas contas aqui apresentadas, com o integral cumprimento da lei (Lei nº 50/2012 de 31 de agosto), revela mais uma vez a importância da existência deste serviço e a pertinência da sua continuidade, com uma visão para o futuro com o indiscutível apoio da Câmara Municipal.” _____

v v v v v

A **Assembleia Municipal** da Marinha Grande **tomou conhecimento** do Relatório de Gestão e Contas de 2022 da empresa municipal TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, S.A., bem como do Relatório e Parecer do Fiscal Único, Certificação Legal das Contas, em conformidade com o previsto na alínea b), do n.º 2, do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual.

v v v v v

Tomou a palavra, a **deputada Maria Loureiro (CDU)** que referiu as diversas sugestões apresentadas para a melhoria dos serviços bem como a contratação de motoristas. Mais referiu, a necessidade de se articular linhas específicas da TUMG com horários de saída das escolas e com a oferta que o movimento associativo presta em termos de desporto, lazer e cultura. Referiu ainda que as zonas industriais também tenham garantido a circulação de autocarros e de acordo com os horários dos trabalhadores. Mais referiu a falta de abrigos nas paragens da TUMG. Mais referiu que dos 15 trabalhadores da TUMG, 10 estão em trabalho a termo e destes, 9 são motoristas, solicitando informação se estas são contratações recentes e qual a possibilidade de os mesmos passarem ao regime efetivo, tendo em consideração ser este um serviço que se pretende defender para o futuro, com a estabilidade dos trabalhadores a ser assegurado. Mais referiu, a existência de um pedido de contratação de motoristas e compra de autocarros, o qual não teria sido possível por iniciativa da Sr.ª Vereadora Ana Monteiro, por isso, solicitou esclarecimento sobre a recusa da contratação de motoristas e a compra de autocarros, tendo em consideração o fundamento apresentado, por parte da administradora executiva, para a melhoria de serviços, o aumento de linhas e horários.

v v v v v

Tomou a palavra, a **deputada Cláudia Perfeito (PS)** que referiu que a bancada do PS congratula a TUMG pelos resultados obtidos em 2022, referindo-se não só ao exercício financeiro, mas à atividade em si, que demonstrou inequivocamente o aumento do acesso da população à deslocação entre as 3 freguesias combatendo o isolamento e promovendo a inclusão social. Referiu ainda o alargamento da cobertura das linhas e a sua função social desta empresa, aliado uma autossuficiência financeira demonstrada pelas contas sendo de grande importância a existência deste serviço e a pertinência da sua continuidade, com uma visão para o futuro com o indiscutível apoio da Câmara Municipal

vvvvv

Tomou a palavra, o **deputado Manuel Santos (PSD)** que solicitou informação sobre a possibilidade da TUMG em ser transferida para o Largo da Feira. Referiu ainda a deficiente iluminação pública existente junto à atual estação rodoviária.

vvvvv

Tomou a palavra, o **deputado Nuno Machado (BE)** que referiu que, sendo a TUMG sendo uma empresa municipal, com apoios municipais, criada com o objetivo de servir todos os municípios porque é que as Associação do Concelho, quando solicite os serviços da TUMG, paga mais do que se solicitar os mesmos serviços a uma empresa privada.

vvvvv

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** passou a palavra à **Vereadora Ana Alves Monteiro** que informou:

Trabalhadores da TUMG – Os que já estão há mais anos já têm uma situação consolidada e, há outros, que têm contratos mais recentes

Paragens dos Autocarros – Foi deliberado, pela empresa municipal, adquirir 2 abrigos

Serviço prestado pela TUMG – Sou da opinião de que os serviços da TUMG devem ser internalizados

vvvvv

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** passou a palavra ao **Vereador António Fragoso** que informou:

Pagamento dos Serviços Prestados pela TUMG – Relativamente a este assunto, a Câmara tem um regulamento/normas em que está plasmado que a Câmara comparticipa no custo do transporte com 50% e as Associações comparticipam com os restantes 50%.

vvvvv

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** prestou as seguintes informações:

TUMG – Os transportes públicos e os transportes escolares são uma obrigação da Autarquia. Por esse motivo, a Autarquia terá sempre de assegurar esses transportes. Referiu ainda a necessidade, ou não, de se ter uma empresa de transportes públicos, considerando que os pequenos e médios Municípios já não terem empresas municipais.

vvvvv

PONTO 3 – APRECIÇÃO DO INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO, RELATIVO AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DO ANO DE 2022 _____

“Presente certidão de teor n.º 20/2023/DRH referente à seguinte deliberação camarária da reunião extraordinária de 24 de abril de 2023: _____

Presente o Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação relativo ao exercício económico de 2022. _____

A Câmara Municipal, após a análise dos documentos e no cumprimento do disposto na alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibera aprovar o Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, relativo ao exercício económico do ano de 2022, constituído por 856 páginas, e submetê-lo à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do mesmo diploma legal. Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.” _____

v v v v v

A **Assembleia Municipal** da Marinha Grande **tomou conhecimento**, do Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, relativo ao exercício económico do ano de 2022, constituído por 856 páginas, em conformidade com o previsto na alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual.

v v v v v

PONTO 4 – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2022 DE ENTIDADES PARTICIPADAS PELO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE: ADCL – Águas do Centro Litoral, S.A., Valorlis, S.A., Lusitânia Gás, S.A., CENTIMFE E OPEN _____

“Presente certidão de teor n.º 21/2023/DRH referente à seguinte deliberação camarária da reunião extraordinária de 24 de abril de 2023: _____

Presentes as contas do exercício de 2022 das entidades participadas pelo Município da Marinha Grande, a saber: _____

- Relatório e Contas do exercício económico de 2022 da entidade ADCL - Águas do Centro Litoral, S.A. acompanhadas de Certificação Legal de Contas e Relatório e Parecer do Fiscal Único. _____

- Relatório e Contas do exercício económico de 2022 da entidade VALORLIS – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. acompanhadas de Certificação Legal de Contas e Relatório e Parecer do Fiscal Único. _____

- Relatório de Gestão e Contas do exercício económico de 2022 da entidade LUSITANIAGÁS, S.A., acompanhadas de Certificação Legal de Contas e Relatório e Parecer do Fiscal Único. _____

- Relatório e Contas do exercício económico de 2022 da entidade CENTIMFE – Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas Especiais e Plásticos, acompanhadas de Certificação Legal de Contas e Parecer da Comissão de Fiscalização. _____

- Relatório e Contas do exercício económico de 2022 da entidade OPEN - Associação para Oportunidades Específicas de Negócio, acompanhadas de Certificação Legal de Contas e Parecer da Comissão de Fiscalização. _____

A Câmara Municipal delibera tomar conhecimento do teor dos documentos e remeter os mesmos, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, à Assembleia Municipal para cumprimento do preceituado na alínea b) do n.º 2 do art.º 25.º, do mesmo diploma. _____

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.” _____

vvvvv

A **Assembleia Municipal** da Marinha Grande **tomou conhecimento**, dos Relatórios e Contas do exercício económico de 2022, acompanhados da respetiva Certificação Legal de Contas e Pareceres, respeitantes às seguintes entidades participadas pelo Município da Marinha Grande:

- ADCL - Águas do Centro Litoral, S.A;
 - VALORLIS – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.;
 - LUSITÂNIA GÁS, S.A.;
 - CENTIMFE – Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas Especiais e Plásticos;
 - OPEN - Associação para Oportunidades Específicas de Negócio,
- em conformidade com o previsto na alínea b) do n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual.

vvvvv

Tomou a palavra, o **deputado Rafael Almeida (PS)** que referiu que as empresas intermunicipais são fundamentais para o desenvolvimento das populações. Referiu ainda o impacto que o aterro sanitário existente em Leiria, mas no limite com a Marinha Grande, tem provocado à população da Marinha Grande e referiu ainda a premissa existente no projeto de que o aterro mudaria de 10 em 10 anos pelos seis municípios do Distrito.

vvvvv

Tomou a palavra, a **deputada Maria Loureiro (CDU)** que referiu que a atividade da OPEN, em 2022, teve uma evolução negativa face ao previsto, bem como o atraso que se tem verificado nos pagamentos a clientes OPEN.

vvvvv

Tomou a palavra, o **deputado Manuel Santos (PSD)** que solicitou informação sobre a participação e responsabilidade da Câmara Municipal na Cooperativa do Povo, sendo que está em processo de possível falência.

vvvvv

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** prestou as seguintes informações:

Valorlis – Relativamente a este assunto a Câmara, em 2014, teve conhecimento que o contrato existente, estava a ser renegociado e que nessa negociação o Município da Marinha Grande deu o seu aval para que o aterro ficasse no mesmo sítio por mais 20 anos

OPEN – Esta empresa tem uma gestão própria, sendo que a Câmara Municipal só pertence à Assembleia Geral

Cooperativa do Povo – A Câmara teve sempre uma comparticipação na Cooperativa igual a todos os cooperantes

vvvvv

Tomou a palavra, a **deputada Cláudia Perfeito (PS)** que solicitou informação sobre a alteração na Valorlis e referiu que havendo perspectivas de novas recolhas para novo aproveitamento dos lixos, mais adequada e menos poluente, será que irá existir possibilidade de nova produção de energias e se será solicitada comparticipação, por parte da Câmara Municipal, nos fornecimentos desses tipos de energias. Mais referiu que a Valorlis sendo uma empresa S.A. e, por conseguinte, terá uma distribuição de lucros, sendo a Câmara Municipal sócia desta empresa irá, supostamente, a Câmara Municipal ter direito à distribuição dos lucros.

vvvvv

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** prestou as seguintes informações:

Valorlis – O Governo decretou que a responsabilidade da recolha dos bioresíduos é da Câmara. A Câmara vai ter de recolher, vai ter de arranjar caixotes do lixo, vai ter de arranjar transporte para os bioresíduos, logo, o custo vai ser muito acrescido.

vvvvv

PONTO 5 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE, RELATIVOS AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2022 _____

“Presente certidão de teor n.º 22/2023/DRH referente à seguinte deliberação camarária da reunião extraordinária de 24 de abril de 2023: _____

Presentes os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2022, constituídos por: _____

- Demonstrações Financeiras, incluindo: _____
 - Balanço _____
 - Demonstração de Resultados _____
 - Anexos às Demonstrações Financeiras _____
- Demonstrações Orçamentais, incluindo: _____
 - Anexo às Demonstrações Orçamentais _____
- Relatório de Gestão _____
- Certificação Legal das Contas _____

- Relatório e Parecer do Auditor Externo _____
- Relatório Anual sobre o trabalho efetuado pelo Auditor Externo _____
- E restantes documentos de prestação de contas, conforme a Instrução n.º 1/2019 do Tribunal de Contas, do Plenário Geral do Tribunal de Contas, de 13 de fevereiro de 2019, publicada no Diário da República n.º 46 – 2.ª Série, de 6 de agosto de 2019 e Resolução n.º 6/2022, da 2.ª Secção do Tribunal de Contas, de 13 de dezembro, publicada em Diário da República, 2.ª Série, n.º 4 de 5 de janeiro de 2023 _____

Os quais se encontram integralmente elaborados, para apreciação e votação devendo posteriormente ser arquivados nos serviços financeiros, estando disponíveis para consulta, quando para tal for solicitado. _____

Considerando que nos termos do disposto no n.º 4 artigo 52.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, Lei n.º 97/98, de 26 de agosto, as entidades previstas nos n.ºs 1 e 2 do artigo 51.º do mesmo diploma, cuja aprovação de contas dependa de deliberação de um órgão colegial, devem remeter as contas ao Tribunal de Contas até 30 de abril do ano seguinte àquele a que respeitam. _____

A Câmara Municipal, após apreciação dos documentos indicados e no cumprimento da alínea i), do n.º 1, do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibera aprovar os Documentos de Prestação de Contas do ano de 2022 e submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal, para cumprimento do preceituado na alínea l), do n.º 2, do artigo 25º, do mesmo diploma. _____

Mais delibera, propor à Assembleia Municipal que aprove a aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2022, no montante de 503.933,30 euros sob a forma de Resultados Transitados. _____

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do PS, Ana Laura Baridó e António Fragoso. _____

Os Srs. Vereadores da CDU, Alexandra Dengucho e Orlando Jóia, proferiram a seguinte declaração de voto: _____

“Após a análise da prestação de contas relativas ao exercício económico do ano de 2022, cumprenos tecer as seguintes considerações. _____

Os documentos apresentam-se bem detalhados, no entanto é de salientar que para uma análise exata de um documento com mais de 1000 páginas era necessário e conveniente mais tempo! _____

Tratando-se de um documento que reflete a execução do orçamento e sucessivas modificações, as nossas considerações e críticas irão recair, obviamente, sobre a execução orçamental. _____

Analisando a execução orçamental da receita, verificamos que o total das Receitas de Capital arrecadadas foi de 2.271.807 euros o que representa um decréscimo relativamente ao ano de 2021 de 1.472.748 euros, pelo que se verifica uma variação negativa de 39%. De referir que a previsão corrigida da Receita de Capital ascendia a 3.533.255 euros, tendo sido executado cerca de 64% deste valor o que significa que deixámos de receber quase 1,5 milhões. _____

Relativamente às despesas a dotação corrigida do total da despesa foi de 45.525.007 euros, pelo que considerando que o total da despesa paga em 2022 foi de 32.048.637 euros, a taxa de execução global da despesa foi de 70%. _____

Relativamente às despesas correntes, destacamos o crescimento com as despesas com pessoal que tiveram um aumento significativo. Em 2022 o montante global das despesas pagas a pessoal ascende a 9.421.001 euros, o que representa um acréscimo de 46%, face ao ano anterior o que, em termos absolutos, representa praticamente mais 3 milhões de euros. _____

Especificando as Despesas de Capital, as quais revelam efetivamente as obras executadas no ano transato, estava previsto para o ano de 2022 ascende apenas 16.146.382 euros, dos quais foram executados pagamentos de 6.775.915 euros, ou seja, não se executou 10 milhões de euros em investimentos. _____

Assim, concluímos que ainda que com orçamento aprovado a execução orçamental continua baixa, com notório prejuízo para o município que ainda não viu nascer nenhuma das tão desejadas obras como por exemplo: piscina, mercado municipal, pavilhão gimnodesportivo, variantes, entre várias outras. _____

Os vereadores da CDU na Câmara Municipal da Marinha Grande _____
Alexandra Dengucho e Orlando Joia” _____

Os Srs. Vereadores do PS, Ana Laura Baridó e António Fragoso, proferiram a seguinte declaração de voto: _____

“Os Vereadores do Partido Socialista votam em abstenção neste ponto, porque consideram que neste ano de 2022, a taxa de execução de investimento, mesmo ligeiramente acima dos anos anteriores, continua a revelar-se demasiado baixa, fixando-se nos atuais 42%. _____

Verifica-se uma diferença nos valores das despesas de capital entre o valor inicial, após a introdução do saldo de gerência, e o valor final, num total de cerca de 2,5M€. _____

Isto deve-se, por um lado à aprovação da lei do orçamento de estado, na qual foi suspensa a regra do equilíbrio orçamental para o ano de 2022, mas também pela necessidade de terem sido reescaloadas algumas obras públicas com financiamento, por não haver concretização de candidaturas a fundos europeus, diminuindo, deste modo, o valor orçamental de partida que se cifrava nos cerca de 18.781M€. _____

Isto revela uma dificuldade, já anteriormente identificada, que o Município tem em aceder ao financiamento por via das candidaturas, o que deve representar uma preocupação presente e futura. Uma das preocupações a ter em conta deverá ser uma aposta clara num planeamento adequado e a longo prazo, onde estejam vertidas as necessidades prioritárias do concelho.” _____

O Sr. Presidente proferiu a seguinte declaração de voto, também subscrita pela Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro e pelo Sr. Vereador João Brito: _____

“As contas de 2022 do Município da Marinha Grande a 31.12.2022 apresentam uma receita total com taxa de execução de 103%, sendo que a receita corrente apresenta uma taxa de execução de 108% e a receita de capital de 64%. _____

Quanto à despesa total apresenta uma taxa de execução de 70%, em que a despesa corrente apresenta uma taxa de execução de 86% e a despesa de capital de 42% (em 2021 tivemos 29%). _____

O resultado líquido do exercício é de 503.993 euros, com o total do Ativo de 143.028.057 euros, registando-se um aumento de 11% (13,8 M€). Este aumento, está relacionado, entre outras coisas, com a integração no património municipal de bens imóveis no âmbito do processo de transferência de competências na área da educação e da saúde. _____

O total do Passivo é de 6.534.185 euros. _____

O limite de endividamento é de 34.345.258 euros _____

Os gastos totais foram de 30.935.675 euros, registando-se um aumento de 25% face ao ano de 2021 onde os gastos ascenderam a 24.797.952 euros. Enquanto os rendimentos totais foram de 31.439.609 euros, registando igualmente. um aumento de 21% face ao ano de 2021 onde os rendimentos ascenderam a 25.905.506 euros. _____

A dívida com empréstimos contratualizados é de 65.363,64 euros, uma redução de 50% em relação a 31.12.2021 com 131.450,55 euros _____

Destes e de outros dados apresentados detalhadamente no Relatório de Prestação de Contas 2022, podemos concluir que: _____

As contas de 2022 da nossa Camara demonstram vitalidade e muito equilíbrio, apresentando um resultado positivo _____

⇒ O aumento de 25% nas despesas, relacionado com os gastos com pessoal decorrentes da integração nos quadros da autarquia de trabalhadores transferidos no âmbito delegação de competências nas áreas de educação e saúde, bem como o reconhecimento dos gastos com as férias e subsídio de férias dos trabalhadores afetos às transferências de competências foram registados em 2022. Foi também o aumento dos gastos com energia e combustíveis, os resíduos sólidos, as refeições escolares, entre outros custos que cresceram com a inflação. _____

- ⇒ Este aumento de gastos, foi compensado com o aumento de 21% em rendimentos essencialmente decorrentes do processo de delegação de competências nas áreas da educação, saúde e área social. _____
- ⇒ No entanto continuamos com um deficit, que o estado insiste em não transferir, e que prejudica significativamente o nosso concelho, pois temos de transferir verbas de capital para despesas correntes. _____
- ⇒ Mantivemos o rácio dos anos anteriores de 79% de despesas correntes e 21% de despesas de capital, o que cria um desequilíbrio grande no investimento no concelho, onde há tanta coisa a fazer. Temos de ir em busca de reduzir despesas correntes e procurar encontrar novas receitas. _
- ⇒ De realçar o aumento muito significativo na taxa de execução da despesa, mais de 44%, face ao ano anterior, passando de 29% em 2021 para 42%, demonstrativo que este executivo continua focado em investir em obras. Mesmo assim temos de nos empenhar em melhorar. _____

Tendo em conta o acima referido, e o parecer positivo do Auditor Externo votamos favoravelmente. _

Presidente e Vereadores do +MPM _____

Aurélio Ferreira _____

Ana Alves Monteiro _____

João Brito" _____

Esta deliberação foi aprovada em minuta." _____

v v v v v

A **Assembleia Municipal** da Marinha Grande **apreciou**, os Documentos de Prestação de Contas do Município da Marinha Grande relativos ao exercício económico de 2022, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual **e aprovou** a aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2022, no montante de 503.933,30 euros, sob a forma de Resultados Transitados.

Esta deliberação foi tomada por maioria com 19 votos a favor e 5 abstenções

v v v v v

Tomou a palavra, a **deputada Cláudia Perfeito (PS)** que referiu que, com apreciou dos documentos verificou-se uma baixa execução orçamental, não encontrando a bancada do PS justificação plausível para tal. Fez ainda algumas considerações aos documentos apresentados. Apresentou a seguinte

Declaração de Voto:

"Declaração de Voto da Bancada do PS

Os Deputados do Partido Socialista votam em abstenção neste ponto, porque consideram que neste ano de 2022, a taxa de execução de investimento, mesmo ligeiramente acima dos anos anteriores, continua a revelar-se demasiado baixa para as necessidades do Concelho. Verifica-se uma diferença

nos valores das despesas de capital entre o valor inicial, após a introdução do saldo de gerência e o valor final, num total de cerca de 2,5M€. Isto deve-se, por um lado à aprovação da lei do orçamento de estado, na qual foi suspensa a regra do equilíbrio orçamental para o ano de 2022, mas também pela necessidade de terem sido reescaloadas algumas obras públicas com financiamento, por não haver concretização de candidaturas a fundos europeus, diminuindo, deste modo, o valor orçamental de partida que se cifrava nos cerca de 18.781M€, com consequência na taxa de execução agora apresentada que seria, na realidade, de 37%. Isto revela uma dificuldade, já anteriormente identificada, que o Município tem em aceder ao financiamento por via das candidaturas, o que deve representar uma preocupação presente e futura. Uma das preocupações a ter em conta deverá ser uma aposta clara num planeamento adequado e a longo prazo, onde estejam vertidas as necessidades prioritárias do concelho.”.

vvvvv

Tomou a palavra, o **deputado Artur Santos (+MPM)** que apresentou a seguinte **Declaração de Voto:**

“Declaração de Voto da Bancada do +MPM

As contas de 2022 do Município da Marinha Grande a 31.12.2022 apresentam uma receita total com taxa de execução de 103%, sendo que a receita corrente apresenta uma taxa de execução de 108% e a receita de capital de 64%.

Quanto à despesa total, apresenta uma taxa de execução de 70%, em que a despesa corrente apresenta uma taxa de execução de 86% e a despesa de capital de 42% (quando em 2021 tivemos 29%).

O resultado líquido do exercício é de 503.993 euros, com o total do Ativo de 143.028.057 euros, registando-se um aumento de 11% (13,8 M€). Este aumento, está relacionado, entre outros motivos, com a integração no património municipal de bens imóveis, no âmbito do processo de transferência de competências, na área da educação e da saúde.

O total do Passivo é de 6.534.185 euros.

O limite de endividamento é de 34.345.258 euros.

Os gastos totais foram de 30.935.675 euros, registando-se um aumento de 25% face ao ano de 2021 onde os gastos ascenderam a 24.797.952 euros. Enquanto os rendimentos totais foram de 31.439.609 euros, registando igualmente um aumento de 21% face ao ano de 2021 onde os rendimentos ascenderam a 25.905.506 euros.

A dívida com empréstimos contratualizados é de 65.363,64 euros, uma redução de 50% em relação a 31.12.2021 onde se registou uma dívida de 131.450,55 euros.

Destes e de outros dados apresentados detalhadamente no Relatório de Prestação de Contas 2022, podemos concluir o seguinte:

- ✓ As contas de 2022 da nossa Câmara demonstram vitalidade e muito equilíbrio, apresentando um resultado positivo.
- ✓ O aumento de 25% nas despesas, relacionado com os gastos com pessoal, decorrentes da integração nos quadros da autarquia, de trabalhadores transferidos no âmbito delegação de competências, nas áreas da educação e da saúde, bem como o reconhecimento dos gastos com as férias e subsídio de férias, dos trabalhadores afetos às transferências de competências foram registados em 2022. Foi também o aumento dos gastos com energia e combustíveis, os resíduos sólidos, as refeições escolares, entre outros custos que cresceram com a inflação.
- ✓ Este aumento de gastos, foi compensado com o aumento de 21% em rendimentos, essencialmente decorrentes do processo de delegação de competências, nas áreas da educação, saúde e social.
- ✓ No entanto continuamos com um deficit, que o estado central insiste em não transferir, o que penaliza significativamente o nosso concelho, pois obriga à transferência de verbas de capital para despesas correntes.
- ✓ Mantivemos o rácio dos anos anteriores de 79% de despesas correntes e 21% de despesas de capital, o que cria um desequilíbrio significativo no investimento no concelho, onde ainda há tanta coisa por fazer. Torna-se por isso imperioso reduzir despesas correntes e encontrar novas receitas.
- ✓ De realçar ainda o aumento muito significativo na taxa de execução da despesa, mais de 44% face ao exercício anterior, passando de 29% em 2021 para 42%, demonstrativo que este executivo, continua focado em investir em obras.
- ✓ Contudo, porque somos ambiciosos e os Marinhenses, Vieirenses e Moitenses, precisam e merecem, melhorar estes números é mais do que uma condição,... é uma obrigação."

vvvvv

Tomou a palavra, a **deputada Maria Loureiro (CDU)** que referiu que a população não sente no seu dia-a-dia uma melhoria da sua qualidade de vida neste Concelho. Mais referiu que, tudo que é determinante, no ponto de vista estrutural, continua por fazer. Referiu ainda que, em matéria de delegação de competência, foi sempre vontade do MPM que estas competências fossem transferidas para a Autarquia tendo, a bancada da CDU, sempre alertado para que esta transferência viesse acompanhada de um envelope financeiro, e apresentou a seguinte **Declaração de Voto:**

"Declaração de Voto da Bancada da CDU

"Após a análise da prestação de contas relativas ao exercício económico do ano de 2022, cumpre-nos tecer as seguintes considerações:

Os documentos apresentam-se bem detalhados no entanto é de salientar que para uma análise exata de um documento com mais de 1000 páginas era necessário e conveniente mais tempo!

Tratando-se de um documento que reflete a execução do orçamento e sucessivas modificações, as nossas considerações e críticas irão recair, obviamente, sobre a execução orçamental.

Analisando a execução orçamental da receita, verificamos que o total das Receitas de Capital arrecadadas foi de 2.271.807 euros o que representa um decréscimo relativamente ao ano de 2021 de 1.472.748 euros, pelo que se verifica uma variação negativa de 39%. De referir que a previsão corrigida da Receita de Capital ascendia a 3.533.255 euros, tendo sido executado cerca de 64% deste valor o que significa que deixámos de receber quase 1,5 milhões.

Relativamente às despesas a dotação corrigida do total da despesa foi de 45.525.007 euros, pelo que considerando que o total da despesa paga em 2022 foi de 32.048.637 euros, a taxa de execução global da despesa foi de 70%.

Relativamente às despesas correntes, destacamos o crescimento com as despesas com pessoal que tiveram um aumento significativo. Em 2022 o montante global das despesas pagas a pessoal ascende a 9.421.001 euros, o que representa um acréscimo de 46%, face ao ano anterior o que, em termos absolutos, representa praticamente mais 3 milhões de euros.

Especificando as Despesas de Capital, as quais revelam efetivamente as obras executadas no ano transato, estava previsto para o ano de 2022 ascende apenas 16.146.382 euros, dos quais foram executados pagamentos de 6.775.915 euros, ou seja, não se executou 10 milhões de euros em investimentos. Assim, concluímos que ainda que com orçamento aprovado a execução orçamental continua baixa, com notório prejuízo para o município que ainda não viu nascer nenhuma das tão desejadas obras como por exemplo: piscina, mercado municipal, pavilhão gimnodesportivo, variantes, entre várias outras."

vvvvv

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** prestou as seguintes informações:

Delegação de Competências – Entende que a comunidade local tem mais capacidade para gerir cada euro do que o Estado. Mais referiu que o que correu de errado foi a imposição da delegação de competências na área da Educação, ao contrário da delegação de competências na área social que correu muito bem.

Baixa Taxa de Execução – Referiu que o Município da Marinha Grande sofre, claramente, de um problema de execução. Referindo ainda que, este ano, o valor de execução é mais elevado tendo em consideração os anos anteriores.

vvvvv

Tomou a palavra, o **Presidente da Assembleia Municipal Aníbal Curto Ribeiro (PS)** que apresentou a seguinte **Declaração de Voto**:

"Declaração de Voto do Presidente da Assembleia Municipal

Faço notar que o que está em discussão, neste ponto da Ordem de Trabalhos, é a apreciação dos documentos de prestação de contas do município em 2022.

Não está, portanto, em discussão a atividade da Câmara, nem a sua política de investimentos.

Estes documentos foram, tecnicamente auditados e aprovados pelo Revisor Oficial de Contas e, considerados conforme as regras da contabilidade pública autárquica.

Por isso, e só por isso, o meu voto enquanto Presidente da Assembleia Municipal é favorável.”

v v v v v

O **Presidente da Assembleia Municipal, Aníbal Curto Ribeiro** ausentou-se por motivos pessoais, ficando como Presidente da Mesa a primeira secretária **deputada Ana Paula Duarte Cardoso**.

v v v v v

PONTO 6 – PRORROGAÇÃO DE MEDIDAS PREVENTIVAS – SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE – ZONA INDUSTRIAL DA MARINHA GRANDE __

“Presente certidão de teor n.º 18/2023/DRH referente à seguinte deliberação camarária da reunião ordinária de 03 de abril de 2023: _____

Presente parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, com registo de entrada E/3412/2023/1, de 21-03-2023, emitido nos termos do n.º 2 do artigo 138.º por remissão do n.º 7 do artigo 141.º, ambos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial. _____

A Câmara Municipal analisou o referido parecer, emitido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), ao abrigo do n.º 2 do artigo 138.º, por remissão do n.º 7 do artigo 141.º, ambos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual, e considerando que: _____

1. Deliberou, na sua reunião de 20-02-2023, propor à Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 126.º, aplicável por força do citado n.º 7 do artigo 141.º, ambos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual, a prorrogação do prazo de vigência das medidas preventivas, aprovadas por aquele órgão deliberativo na sua sessão ordinária de 28-12-2020 e publicadas no Diário da República, 2.ª série, n.º 24, de 04 de fevereiro de 2021, sob o Aviso n.º 2288/2021; _____

2. A suspensão parcial do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande (PDMMG) e o consequente estabelecimento de medidas preventivas, numa área de 9,43 ha, adjacente à Zona Industrial da Marinha Grande, junto à EN242 e ao nó 24 da A8, freguesia e concelho da Marinha Grande, destinou-se a viabilizar a expansão da mencionada Zona Industrial, mediante a constituição de 13 lotes e respetivas infraestruturas e estabelecer, em cumprimento do n.º 7 do já citado artigo 126.º, medidas preventivas para a referida área; _____

3. A necessidade de prorrogação das referidas medidas preventivas e o subjacente interesse público de tal ato encontram-se devidamente fundamentados na mencionada deliberação de 20-02-2023; _____

4. A justificação e os fundamentos aí aduzidos foram acolhidos pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, tendo a mesma emitido parecer favorável ao pedido de prorrogação, por mais um ano, da suspensão parcial do PDM da Marinha Grande e do estabelecimento de medidas preventivas para a área da referida expansão; _____

Delibera, face ao parecer favorável daquela entidade e da deliberação que tomou a 20-02-2023, em que se propôs submeter à Assembleia Municipal a aprovação da prorrogação das medidas preventivas com efeitos retroativos a 05-02-2023 – último dia da vigência das mesmas conforme resulta dos artigos 3.º e 4.º do Regulamento que as instituiu, publicado no citado Aviso n.º 2288/2021 – remeter os referidos documentos àquele órgão deliberativo, por estarem reunidos todos os pressupostos e condições legais para que o mesmo tome uma deliberação devidamente fundamentada e conforme à lei. _____

A deliberação de prorrogação das medidas preventivas está sujeita a publicação nos termos do n.º 6 do artigo 138.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial. _____

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.” _____

v v v v v

A **Assembleia Municipal** da Marinha Grande **apreciou e aprovou**, a prorrogação das medidas preventivas com efeitos retroativos a 05-02-2023 – último dia da vigência das mesmas conforme resulta dos artigos 3.º e 4.º do Regulamento que as instituiu, publicado no citado Aviso n.º 2288/2021, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 126.º e do n.º 1 do artigo 137.º Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade

v v v v v

Tomou a palavra, o **deputado Nuno Machado (BE)** que solicitou informação se esta localização específica, não terá implicação no cumprimento dos prazos do PDM.

v v v v v

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** informou, respondendo à questão, que não tem implicação no cumprimento dos prazos do PDM pois, assim que o PDM for aprovado, estas suspensões serão levantadas

v v v v v

PONTO 7 – PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO CULTURAL E OCUPAÇÃO FUNCIONAL – FÁBRICA DE VIDROS DA MARINHA GRANDE _____

“Presente certidão de teor nº 17/2023/DRH referente à seguinte deliberação camarária da reunião ordinária de 03 de abril de 2023: _____

Em 2021 o Município procedeu ao processo de contratualização de estudo sobre o património vidreiro da Marinha Grande ao Professor Jorge Custódio. O investigador foi escolhido em função do seu percurso académico que, durante vários anos, esteve intimamente relacionado com esta temática e este território. _____

O Programa de Valorização Cultural e de Ocupação Funcional da Fábrica de Vidros da Marinha Grande é um trabalho de investigação muitíssimo completo, rigoroso e profundo que reflete a história do vidro na Marinha Grande e do património que se lhe encontra associado que se inicia com a vinda de John Beare para este território em 1747 até aos nossos dias. _____

No passado dia 11 de março, dia em que se comemoraram os 35 anos da elevação da Marinha Grande a cidade, o estudo foi apresentado publicamente numa sessão que decorreu na Casa da Cultura. _____

A Câmara Municipal, ciente de que se trata de um processo coletivo que deve envolver os cidadãos e todos os que têm responsabilidades na preservação da história e do património vidreiro da Marinha Grande, exigindo um pacto da comunidade, toma conhecimento do documento e delibera remetê-lo para a Assembleia Municipal, democratizando o acesso público ao mesmo. _____

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.” _____

vvvvv

A **Assembleia Municipal** da Marinha Grande **tomou conhecimento**, do documento referente ao Programa de Valorização Cultural e de Ocupação Funcional da Fábrica de Vidros da Marinha Grande.

vvvvv

A **Deputada Susana Domingues (CDU)**, por motivos pessoais, ausentou-se da presente sessão, ficando a mesma reduzida a **23 deputados**.

vvvvv

Tomou a palavra, a **deputada Ana Carlos (PS)** que referiu que, o executivo anterior já tinha encetado conversações com o Instituto Politécnico de Leiria para a instalação de um pólo na FEIS, sendo o objetivo de colocar uma residência de estudantes na antiga Albergaria Nobre, solicitou o ponto de situação, relativamente, a esta questão.

vvvvv

Tomou a palavra, o **deputado Francisco Soares (PS)** que solicitou o envio, em papel, do estudo apresentado.

vvvvv

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** prestou as seguintes informações:

Envio em Papel do Estudo – Ficou de remeter o estudo em papel num total de 342 páginas.

IPL – O relatório aponta para um conjunto de reestruturação de várias unidades. Mais referiu a existência de um protocolo de parceria com o IPL.

vvvvv

PONTO 8 – APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA _____

vvvvv

O **Presidente da Assembleia Municipal, Aníbal Curto Ribeiro** retomou o lugar de Presidente da Mesa, voltando ao lugar de primeira secretária da Mesa a **deputada Ana Paula Duarte Cardoso**.

vvvvv

Tomou a palavra, a **deputada Maria Loureiro (CDU)** que fez referência aos recursos humanos da autarquia que se encontram ausentes e, que, simultaneamente se recorre a trabalho suplementar, por esse motivo, solicitou informação sobre a existência ou não alguma anormalidade que deva ser reportada à Assembleia Municipal. Mais referiu os acidentes de trabalho, nomeadamente, nas escolas e se os mesmos poderão estar ligados à falta de manutenção dos recintos escolares. Referiu, também, os contratos de emprego e inserção a que se recorre para a área da educação. Relativamente à Carta Educativa, solicitou informação sobre a contratação de recursos humanos necessários para as escolas, se se irá encerrar escolas, se irá haver uma diminuição das valências e serviços e para quando a discussão do processo da Carta Educativa. Referiu a informação de que no Centro de Recolha Oficial, diminuiu o número de animais que têm sido adotados, sugerindo que a Autarquia reforce a dinâmica e participação nas campanhas de adoção, com apoios, por exemplo na vacinação, chipagem e vales para aquisição de alimentação no comércio local. Em relação ao Associativismo, a CDU tem recebido algumas queixas concretas sobre a plataforma pois, a mesma, é muito burocrática e nada intuitiva. Fez ainda referência às multas de estacionamento, não compreendendo o porquê de as pessoas já terem feito o pagamento das multas e estarem a receber cartas a solicitar o pagamento das mesmas. Mais referiu que continua a existir fogos de habitação social disponíveis, apresentando uma recomendação à Câmara Municipal para a agilização de pelouros e serviços para o esboço e apresentação da Carta Municipal de Habitação e a concretização do parque habitacional público que deverá ser constituído com base no património habitacional público pré-existente e/ou outros edifícios devolutos públicos passíveis de adaptação para habitação na autarquia que, atendendo aos procedimentos já aprovados em matéria de estratégia de habitação local e respetivas verbas, a Câmara se comprometa a tudo fazer para atribuir os fogos disponíveis com o prazo limite 31 de dezembro, deste ano, e que apresente, a este órgão, o trabalho desenvolvido nesta matéria, em relatório próprio, com periodicidade mensal.

A Recomendação foi aprovada por unanimidade

vvvvv

Tomou a palavra, a **deputada Ana Carlos (PS)** que apresentou a seguinte **Moção** pela Bancada do PS:

"MOÇÃO

Apoio Municipal para Estudantes Universitários Deslocados

A educação superior é um pilar fundamental para o desenvolvimento da sociedade, através da formação de profissionais qualificados. No entanto, com a atual crise económica, as despesas associadas aos estudos no ensino superior tornam-se desafiantes para muitas famílias.

O aumento dos custos da habitação, associado à falta de oferta de alojamento para estudantes, tem contribuído para agravar as dificuldades financeiras dos estudantes universitários.

Tendo em consideração que a Marinha Grande é um concelho com uma deficiente oferta formativa a nível de ensino superior, existe um crescente número jovens marinhenses que se veem obrigados a estudar fora do seu local de residência.

Desta forma, associando o elevado custo de vida à necessidade da procura de cursos superiores fora do concelho, deve a Câmara Municipal da Marinha Grande criar um Apoio Municipal a Estudantes Universitários residentes na Marinha Grande que estudem fora do concelho. Este apoio deverá ser atribuído sob a forma de bolsa de estudo, destinando-se a suportar os custos de alojamento, alimentação e transporte.

Esta medida, ao promover a educação superior dos jovens e apoiá-los na prossecução dos seus objetivos académicos e profissionais, contribuirá para a sua valorização e para o desenvolvimento económico e social do concelho.

Proposta

A Assembleia Municipal da Marinha Grande, defendendo os interesses acima expostos, propõe a criação de um apoio municipal para jovens universitários deslocados da sua área de residência, de acordo com os seguintes objetivos:

1. Incentivar a Educação Superior;
2. Colmatar as deficiências da oferta formativa de Ensino Superior na Marinha Grande;
3. Apoiar as famílias nas despesas associadas ao período de estudo no Ensino Superior;
4. Contribuir para a fixação de jovens qualificados no concelho da Marinha Grande."

A Moção foi aprovada por unanimidade

vvvvv

Tomou a palavra, o **deputado Manuel Santos (PSD)** que referiu que a estrada de S. Pedro de Moel está num estado miserável por causa das obras de requalificação das obras da adutora. Solicitou, ainda, informação sobre as piscinas de S. Pedro de Moel e o que é que foi feito para a sua requalificação, fazendo referência ao programa eleitoral do +MPM. Mais solicitou informação sobre o estado das piscinas municipais e da revisão do PDM. Referiu, ainda, a falta de segurança que se

está a verificar no Largo da Feira com a permanência de roulottes que está a ser utilizadas para fins escusos. Mais referiu que seria de todo conveniente a Câmara Municipal adquirir o parque de estacionamento subterrâneo da antiga crisal.

v v v v v

Tomou a palavra, o **deputado Franclim Ventura (CDU_PJFM)** que referiu o contrato interadministrativo que seria uma mais-valia para a junta de freguesia e população da Moita. Mais referiu que na freguesia da Moita o investimento por parte da Câmara Municipal foi nulo. Solicitou ainda informação sobre os projetos para a freguesia da Moita de acordo com o orçamento de 2023.

v v v v v

Tomou a palavra, o **deputado Francisco Soares (PS)** que solicitou informação sobre a rede de saneamento nas Trutas, em que ponto se encontra o estudo para execução de passeio na Rua dos Oleiros, como é que se encontram os acessos às praias tendo em consideração a abertura da época balnear, solicitou também informação sobre o ponto em que se encontra a requalificação da piscina municipal e como está o programa das Festas da Cidade. Referiu ainda que a Rua do Brejo continua uma lástima.

v v v v v

Tomou a palavra, o **deputado Artur Santos (+MPM)** que referiu que concorda com algumas das críticas e com algumas propostas apresentadas, referindo que se se tivesse o orçamento aprovado a tempo e horas tinha ajudado na colmatação de algumas falhas. Referiu ainda que ficou surpreendido com a análise feita ao relatório com a quantidade, qualidade e diversidade de eventos que ocorreram, dando relevância para a atividades realizadas para crianças e jovens.

v v v v v

Tomou a palavra, o **deputado Rui Tomás (PS_PJFVL)** que divulgou a 2ª edição do Festival do Arroz de Marisco na Praia da Vieira, referindo a contratação dos artistas, para a parte cultural do evento, solicitando informação sobre a disponibilidade da parte da Câmara Municipal em rever o valor do apoio. Solicitou, também, informação sobre a certificação científica do iodo pois a junta de freguesia já efetuou o registo da marca junto do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, sobre o andamento do Projeto da Arte Xávega, sobre o programa cultural da época balnear para a Praia da Vieira e sobre a Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral.

v v v v v

Tomou a palavra, o **deputado Filipe Duarte (CDU)** que solicitou informação se está previsto a reabertura de um Posto de Turismo na Marinha Grande e, relativamente, à vigilância nas praias.

v v v v v

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** passou a palavra ao **Vereador João Brito** que prestou as seguintes informações:

Bem-estar animal – Tem de ser melhorada a parte da adoção dos animais

APAMG – Esta associação tem sido apoiada, tanto monetariamente como na cedência de espaço por parte da Câmara Municipal

Requalificação de Rua de S. Pedro – Esta Rua está a ser requalificada

Freguesia da Moita – No ano transato todas as solicitações feitas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia e, dentro das possibilidades da Câmara Municipal, as mesmas foram colmatadas

Rua do Olheirão – A obra de requalificação irá iniciar-se em breve, bem como a pavimentação de obras ruas da freguesia

Saneamento das Trutas – Está a ser finalizado o processo, seguindo o concurso para que se possa iniciar a obra

Rua dos Oleiros e Rua do Brejo – Em relação à Rua dos Oleiros está programado ser executado o passeio mas existem outras prioridades como é o caso da Rua do Brejo

Acesso às Praias – Irá ser efetuada uma prestação de serviços de manutenção de todos os passadiços, para que se consiga ter uns acessos dignos às praias

vvvvv

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** passou a palavra ao **Vereador António Fragoso** que prestou as seguintes informações:

Multas de Estacionamento – Para que no futuro não existam dúvidas relativamente ao pagamento das multas de estacionamento, as mesmas, irão ser pagas através de uma referência multibanco e não por transferência, como está a acontecer

Vigilância nas Praias – Neste momento, estamos em processo de contratação de nadadores-salvadores, o que se tem sido muito difícil pois não se encontram nadadores-salvadores disponíveis, sendo este um problema transversal em todo o país

vvvvv

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** passou a palavra à **Vereadora Ana Monteiro** que prestou as seguintes informações:

Recursos Humanos – Em relação ao absentismo, neste momento, temos alguns colaboradores de baixa por doença e doença profissional

Horas Extraordinárias – Estas horas prendem-se com as atividades na área da cultura, desporto, proteção civil e equipas que estão de piquete na área das águas e saneamento

Contratos de Emprego e Inserção – Estes contratos são os existentes desde o início do ano

Carta Educativa – O Município não encerra escolas. A Carta Educativa vai fazer referência ao facto de, tendencialmente, ser uma escola de encerramento por agregação nos centros escolares. Mais informou que a Carta Educativa faz parte da revisão do PDM

Plataforma “Associação” – As Associações quando se inscrevem têm de registar uma série de documentação relativa à sua atividade e só voltará a fazer o registo quando os documentos expirarem ou houver alteração dos órgãos de direção das mesmas

Habitação Social – As habitações que estão livres só poderão ser ocupadas depois da requalificação do parque habitacional

Regulamento das Associações – Está a decorrer o período auscultação das Associações para se pronunciar relativamente às propostas de alteração do regulamento

Festas da Cidade – Acabámos agora as comemorações do 25 de Abril e vamos começar agora com as Festas da Cidade, existindo já cartaz que irá ser divulgado em breve

Festival do Arroz de Marisco – A equipa da cultura da Câmara Municipal está a trabalhar com a Junta de Freguesia de Vieira de Leiria na organização do evento

Espaço dos ex-Combatentes – Para o espaço em concreto estava projetado um parque infantil mas não foi descartado a possibilidade que a Junta de Freguesia ponderou, apesar de não ter sido apresentado qualquer projeto

Estudo Científico – Já existe orçamento do estudo científico o que é, consideravelmente, muito elevado e o mesmo está em apreciação

Época Balnear – Entretanto será divulgado o programa da época balnear

Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral – Verificou-se que existe uma casa no meio da estrada, sendo que o proprietário terá de abdicar da mesma, sem isso não se poderá avançar com a requalificação da Rua

vvvvv

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** prestou as seguintes informações:

Conselho Municipal da Juventude – Foi solicitado aos jovens que se envolverem nas festividades do 25 de Abril mas, curiosamente, só apareceu um jovem e isso é que é preocupante

Piscina Municipal – Estamos em conversações com as entidades bancárias para que se consiga obter propostas de financiamento para se efetuar a obra

P.D.M. – Estamos na fase 3 da revisão do PDM, sendo esta a fase em que se decide o território, sendo o objetivo de se ter o novo PDM, até ao final de 2023

Arte Xávega – É um processo que vem de 2019 e que ainda não está resolvido

Comemorações do 25 de Abril – Gostaríamos muito de ter uma festa única, na sede do Concelho, nas comemorações do 50º aniversário do 25 de Abril

vvvvv

Nos termos do nº 4 do artigo 39º do Regimento e do nº 3 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta, todas as deliberações tomadas na presente sessão. _____

vvvvv

Dando cumprimento à alínea c) do nº1 do artº 30º do RJAL, o Presidente da Mesa deu por encerrada esta sessão ordinária, pela uma hora e quarenta e cinco minutos, da qual se se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Presidente e por mim, Rui Jorge Monteiro Fidalgo Germano que a redigi, nos termos do nº 2 do artigo 57.º do RJAL aprovado pela Lei nº75/2013 de 12 de setembro, na redação atual. _____

O Presidente da Assembleia Municipal

Aníbal Manuel Curto Ribeiro)

Pelo Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal

Rui Jorge Monteiro Fidalgo Germano
(Assistente Técnico nº 133)

A gravação de áudio e vídeo da presente sessão encontra-se disponível ao público na página de Internet do Município e no Youtube no canal OA MGTV, em cumprimento do disposto no nº 4 do artigo 38º do Regimento da Assembleia Municipal da Marinha Grande



**Município da
Marinha Grande**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MANDATO 2021/2025

ANEXOS

SESSÃO ORDINÁRIA

28.04.2023

ANEXO 1

SESSÃO ORDINÁRIA

28.04.2023

+ MPM Movimento pelo Concelho



Assembleia Municipal de 28 Abril de 2023.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Marinha Grande, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Exma. Comunicação Social, quem nos acompanha pelas redes sociais.

No passado dia 26 de abril, assistimos à Assembleia da CIMRL.
Só para informação, dos assuntos mais importantes que ali foram referidos.

Em primeiro lugar, foi manifestado o nosso desacordo com o horário da Assembleia, 14,30 horas. Para um universo de tantos deputados, que tem as suas vidas profissionais ajustadas a horários laborais normais, não é fácil conciliar. Foi prometido pelo presidente da mesa, que irão fazer todos os esforços para que não volte a acontecer.

As contas de 2022, foram aprovadas por unanimidade.

No âmbito da mobilidade, foi assinado um contrato com uma empresa do Grupo Barraqueiro, para trabalhar diretamente com a CIMRL. Um estudo recente, diz que o Distrito de Leiria, é o distrito, que proporcionalmente, tem mais viaturas na estrada.

Por outro lado, foi apresentado um projeto candidato ao PRR, para aplicar na mobilidade entre Marinha Grande/ Leiria e vice-versa claro, com veículos movidos a Hidrogénio. É um projeto ambicioso, que requer um grande esforço de concertação. A CIMRL está em contactos com a Câmara de Cascais, onde o sistema já funciona, para perceber todos os detalhes. Esperemos que resulte.

Há uma empresa na região da Azoia, que está a dar os primeiros passos na produção do Hidrogénio e que poderá ser um parceiro importante.

Em relação ao PRR, a CCDR vai ter como participação, cerca de 900 milhões de Euros. Cerca de 105 milhões de euros, serão passados para a CIMRL, para Saneamento, Águas, Administração, Tratamento de resíduos, etc.

A repartição desse dinheiro, vai ser feito proporcionalmente no distrito, em função da execução do P.O. 2020. O que significa, que dada a falta de execução do P.P. 2020, pela nossa autarquia, a atribuição de verbas à Marinha Grande, vai ser muito pequena. Para ficarem com uma ideia, a Marinha Grande executou cerca de 6,5 Milhões de Euros, comparados com 19 milhões de Pombal.

A base de negociação que assentará na proporcionalidade, será esta. O que em nossa opinião é injusto. O Presidente Aurélio Ferreira já contestou, a fim de se obter um número razoável, porque este executivo, não tem culpa da distração dos mandatos anteriores

+ MPM Movimento pelo Concelho



De referir também que a Carta de Perigosidade de Incêndios, foi anulada, e projetada para 31/12/2023.

Ainda no quadro 20/30, para arranjos em quartéis de Bombeiros, a nível nacional, foram atribuídos cerca de 7 milhões de euros. Ou seja, verba insuficiente, do nosso ponto de vista. Comparada com a que há para o combate a incêndios todos os anos! Dá que pensar!!!

Numa perspetiva de ajudar a resolver a mobilidade entre as várias cidades do Distrito, sobretudo as do Norte, falámos na possibilidade da Flixbus poder ter um papel importante. Como se sabe, esta plataforma, ligada aos Autocarros de passageiros, foi criada e implementada em grande parte da Europa e funciona com preços muitíssimo baixos, idênticos às Low Cost dos aviões. A ideia, é tentar perceber qual a zona de influência desta plataforma e se é aplicável ou não, às cidades do nosso distrito e que ainda não são contempladas.

Segundo explicação do Sr. Presidente Gonçalo, é uma plataforma tipo Huber. Se for assim, só com a definição de novas zonas.

Carlos Wilson.

Deputado + MPM

ANEXO 2

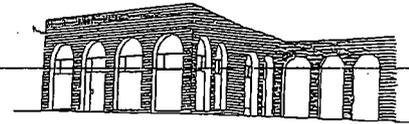
SESSÃO ORDINÁRIA

28.04.2023

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

(artigos 18º e 38º do Regimento da Assembleia Municipal)

AUTORIZAÇÃO PARA RECOLHA E GRAVAÇÃO DE IMAGEM E SOM



Município da Marinha Grande
Assembleia Municipal

Ficha de inscrição nº 1

Na sequência da presente inscrição para intervenção na sessão ordinária da Assembleia Municipal da Marinha Grande de 28 de abril de 2023 declaro, de forma livre, esclarecida, específica e inequívoca, que ~~autorizo/não autorizo~~ (riscar o que não interessa) a recolha e divulgação da gravação da minha imagem e som, em direto ou não, no todo ou em parte, e colocação à disposição do público no canal do YouTube, exclusivo para a transmissão das reuniões dos órgãos da autarquia (OA-MGTV).

Nome	Milene Filipa dos Reis Paques		
Morada	[REDACTED]	Nº de Telefone	[REDACTED]
Localidade	Vieira de Leiria	Código Postal	[REDACTED]
Telefone/Fax	[REDACTED]	CC.Nº	[REDACTED]
Validade	[REDACTED]		
Email	[REDACTED]		

ASSUNTO

- Instalações e espaço exterior do jardim de Infância
- Ponto de situação

ANEXO:

Marinha Grande, 28 de abril de 2023

Assinatura

Milene Paques

Presente no Art 28/4

[Handwritten signature]
Tramita ao Esc. Municipal
[Handwritten initials]

ANEXO 3

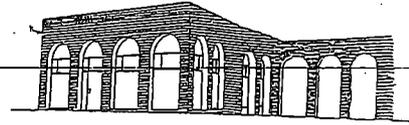
SESSÃO ORDINÁRIA

28.04.2023

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

(artigos 18º e 38º do Regimento da Assembleia Municipal)

AUTORIZAÇÃO PARA RECOLHA E GRAVAÇÃO DE IMAGEM E SOM



Município da Marinha Grande
Assembleia Municipal

Ficha de inscrição nº 2

Na sequência da presente inscrição para intervenção na sessão ordinária da Assembleia Municipal da Marinha Grande de 28 de abril de 2023 declaro, de forma livre, esclarecida, específica e inequívoca, que ~~autorizo/não autorizo~~ (riscar o que não interessa) a recolha e divulgação da gravação da minha imagem e som, em direto ou não, no todo ou em parte, e colocação à disposição do público no canal do YouTube, exclusivo para a transmissão das reuniões dos órgãos da autarquia (OA-MGTV).

Nome:	CARLOS MANUEL ANTUNES DE OLIVEIRA ROSA		
Morada:	ORDEM MARINHA GRANDE	N.º de Portal/ócio:	[REDACTED]
Localidade:	M.ª GRANDE	Código Postal:	[REDACTED]
Telefone/ telefone:	[REDACTED]	CC.n.º:	[REDACTED]
Email:	[REDACTED]	Validade:	[REDACTED]

ASSUNTO

MULTAS ESTACIONAMENTO

ANEXO:

Marinha Grande, 28 de abril de 2023

Assinatura

Assinatura
[Handwritten signature]
[Handwritten text: "Assinatura do..."]
[Handwritten text: "AM 28/17"]

ANEXO 4

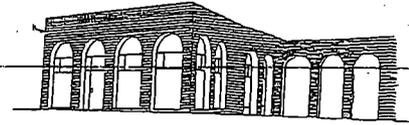
SESSÃO ORDINÁRIA

28.04.2023

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

(artigos 18º e 38º do Regimento da Assembleia Municipal)

AUTORIZAÇÃO PARA RECOLHA E GRAVAÇÃO DE IMAGEM E SOM



Município da Marinha Grande
Assembleia Municipal

Ficha de inscrição nº 3

Na sequência da presente inscrição para intervenção na sessão ordinária da Assembleia Municipal da Marinha Grande de 28 de abril de 2023 declaro, de forma livre, esclarecida, específica e inequívoca, que ~~autorizo/não autorizo~~ (riscar o que não interessa) a recolha e divulgação da gravação da minha imagem e som, em direto ou não, no todo ou em parte, e colocação à disposição do público no canal do YouTube, exclusivo para a transmissão das reuniões dos órgãos da autarquia (OA-MGTV).

Nome:	Ricardo yorge Neto Farto				
Morada:	[REDACTED]		Nº Porta/Ático:	[REDACTED]	
Localidade:	Vieira de Leiria	Código Postal:	[REDACTED]		
Telefone fixo:	[REDACTED]	CC nº:	[REDACTED]	Validade:	[REDACTED]
Telefone móvel:	[REDACTED]				
Email:	[REDACTED]				

ASSUNTO

Intervenção relativamente a apoios da camara municipal a alunos deslocados

ANEXO:

Marinha Grande, 28 de abril de 2023

Assinatura

Ricardo Neto

Presente no dia 28/04/23
Tramitação
[Signature]

ANEXO 5

SESSÃO ORDINÁRIA

28.04.2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia

Senhor Presidente da Câmara

Digníssimos membros do executivo

Senhores deputados presentes

Público que nos honra aqui com a sua presença e aqueles que acompanham esta assembleia via stream

Boa noite

O meu nome é Ricardo Farto, sou representante da Juventude Socialista da Marinha Grande, e é com grande honra e responsabilidade que venho aqui hoje falar em meu nome e em nome dos jovens do nosso concelho.

É importante destacar que, como estudante e munícipe desta cidade, tenho um forte compromisso com a nossa comunidade e o seu desenvolvimento. E é por isso que venho aqui hoje expressar uma das principais preocupações dos jovens do nosso concelho.

É importante que apoiemos os jovens no seu percurso académico, independentemente das suas notas no ensino secundário e da situação financeira da sua família. A transição para a faculdade é uma nova realidade, com desafios únicos que podem afetar até mesmo os alunos mais bem-sucedidos no ensino secundário.

Não devemos julgar os jovens apenas pelas suas notas passadas, mas sim apoiá-los a atingir o seu potencial máximo. Todos merecem uma oportunidade justa de crescer e de se desenvolver, independentemente das suas experiências passadas. Os jovens são o futuro do nosso concelho.

e do nosso país. Somos nós que trazemos a energia, o entusiasmo e a inovação, que são fundamentais para o desenvolvimento e o progresso da nossa comunidade. Quando apoiamos os jovens na sua educação, estamos a investir no nosso futuro coletivo.

Em Portugal temos exemplos como a Câmara Municipal de Lisboa ou a Câmara Municipal de Aveiro que têm programas de apoio aos estudantes deslocados que oferecem bolsas de estudo aos mesmos.

Como futuro universitário, acredito que o acesso à educação superior é essencial para o meu desenvolvimento pessoal e profissional. No entanto, como muitos outros estudantes, posso enfrentar desafios financeiros para alcançar esse objetivo. É por isso que gostaria de expressar o meu desejo de que a Câmara Municipal da Marinha Grande pudesse oferecer bolsas de estudo ou outro tipo de apoio financeiro para estudantes deslocados.

Um pequeno apoio financeiro pode fazer toda a diferença para um estudante deslocado. Pode ajudar a cobrir os custos de habitação, transporte e alimentação, permitindo assim que o estudante se concentre mais nos seus estudos e aproveite ao máximo a experiência universitária.

Termino assim a minha intervenção, agradecendo toda a atenção, e deixando este apelo à Câmara Municipal da Marinha Grande!

Obrigado

Ricardo Farto